

A GESTÃO ESCOLAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Investigação em curso

GT 15- Meio Ambiente, sociedade e desenvolvimento sustentável.

Maria Aparecida Tenório Salvador da Costa

RESUMO

O estudo problematiza a questão das políticas públicas de educação ambiental e seus reflexos no âmbito escolar, sugerindo a gestão democrática como possibilidade de promover o espaço e os instrumentos de compreensão dessas políticas na prática pedagógica das escolas. São objetivos do tema em estudo: compreender como a comunidade escolar entende e dialoga com as políticas públicas de educação ambiental, e perceber os resultados dos trabalhos escolares desenvolvidos a partir das referidas políticas. O processo investigativo percorre um caminho metodológico constituído de: análise documental, entrevistas semiestruturadas e questionários aplicados aos diversos sujeitos das escolas selecionadas para o estudo. A gestão escolar democrática pressupõe a reunião de pessoas que compartilham o trabalho educativo, analisando situações, delimitando caminhos e agindo sobre essas situações coletivamente.

Palavras-chave: Políticas Públicas – Educação Ambiental – Gestão Escolar

Introdução

O presente estudo expressa os resultados parciais da pesquisa intitulada: As Políticas Públicas de Educação Ambiental e os seus reflexos no âmbito escolar. A referida pesquisa, que teve início no mês de junho do ano de 2011, se propõe a analisar de que forma as políticas públicas de educação ambiental, elaboradas pelo Governo do Estado de Pernambuco - Brasil e, pela Prefeitura da Cidade do Recife, são compreendidas pela comunidade escolar e como são desenvolvidas as ações dos diversos agentes da escola, em especial as ações do gestor escolar, vinculadas as essas políticas.

É sabido que os problemas ambientais são preocupação comum de, praticamente, todas as nações do mundo. O século XX foi palco das profundas contradições humanas, dentre elas figura a questão desenvolvimentista versus a degradação do meio ambiente. A desmedida extração dos recursos naturais da Terra e o inadequado uso desses recursos, impulsionados, sobretudo, a partir da revolução industrial, coloca a vida em risco de extinção. Tal situação tem originado mobilizações dos mais diversos setores sociais.

É inegável o realce dos movimentos ambientalistas surgidos no século passado, que foram determinantes para o aparecimento das políticas públicas dirigidas à recuperação e preservação do meio ambiente. Dentre os muitos movimentos se encontram: A fundação em 1947, da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) na Suíça; O Pacto Internacional sobre os Direitos Humanos, realizado pela Assembleia Geral da ONU em 1966; A publicação do relatório “Os Limites do Crescimento”, pelo Clube de Roma em 1972; dentre outros.

No Brasil, em 1992, é realizada a Conferência sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, UNCED, Rio/92 - Criação da Agenda 21, Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis FORUN das ONGs - compromissos da sociedade civil com a Educação Ambiental e o

Meio Ambiente. Carta Brasileira de Educação Ambiental- que aponta as necessidades de capacitação na área.

Essas realizações conduziram o governo brasileiro nas últimas décadas, a estabelecer Políticas Públicas de Educação Ambiental (PPEA), através do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Educação. Assim, também o fizeram os governos estaduais e municipais. Importa, porém, compreender como as escolas entendem, recebem e incorporam às suas práticas pedagógicas as PPEA, traduzindo-as em ações de educação ambiental que tenham verdadeiros rebatimentos na vida dos alunos, das suas famílias, e das comunidades onde estão situadas as escolas.

A partir do exposto a citada pesquisa busca compreender as repercussões dessas políticas no âmbito escolar questionando: de que forma as PPEA são entendidas pela comunidade escolar? Qual o lugar que a questão da educação ambiental ocupa no Projeto Político Pedagógico da escola? De que forma os elementos constitutivos das PPEA são incorporados à prática pedagógica docente? Esses questionamentos visam a perceber como os membros da instituição escolar dialogam com as políticas públicas de educação ambiental e como as efetivam no cotidiano das escolas. Mas, busca, também, entender quais os elementos que obstaculizam a efetivação dessas políticas nesse espaço educativo, especialmente da sua prática pedagógica e, ainda, como esses obstáculos se materializam no dia a dia de professores, funcionários, gestores, alunos e comunidade.

A busca pelas respostas às indagações acima considera, ainda, a necessidade de uma análise documental que explicita as razões que originaram as políticas públicas de educação ambiental no estado de Pernambuco e na cidade do Recife, no período de 2010 a 2011, as formas de envolvimento das escolas, e de que modo é prevista a participação dos cidadãos no processo de elaboração e execução de tais políticas.

A partir dessa problematização foram estabelecidos os seguintes objetivos a serem perseguidos com a investigação:

- Selecionar escolas públicas, municipais e estaduais, como espaço para análise da compreensão e materialização das PPEA pelos sujeitos que as constituem;
- Verificar os processos de conhecimento, divulgação, implantação e acompanhamento das PPEA nas escolas de ensino fundamental selecionadas para a investigação;
- Compreender como a prática pedagógica das escolas incorporam/não incorporam as PPEA;
- Verificar as atividades escolares voltadas para a educação ambiental e sua relação com as políticas públicas educacionais dirigidas ao meio ambiente;
- Analisar a percepção das PPEA pelos gestores das escolas participantes da pesquisa e relacionar essa visão ao modelo de gestão adotado nas escolas;

1- Contexto histórico das Políticas Públicas:

É sabido que a relação entre políticas e as decisões tomadas pelo poder público – federal, estadual ou municipal – é muito estreita, pois enquanto função do estado, as áreas sociais como: saúde, educação, transporte, previdência, e outras demandam a elaboração de políticas públicas para o atendimento às necessidades dessas áreas. Segundo Fernandes (2007), compete ao Estado escolher a área social onde pretende atuar, mas, lembra o autor que, também, compete ao Estado explicitar o porquê da escolha e o que efetivamente se deseja fazer. Importa lembrar, que essas escolhas são motivadas por interesses diversos, embora caiba ao Estado intermediar esses interesses visando estabelecer critérios de justiça social.

Historicamente, o entendimento das políticas públicas, sua elaboração e desenvolvimento são questões restritas aos legisladores e ao executivo, configurando-se em objetos inalcançáveis pelo cidadão comum. A dificuldade para esse alcance é reforçada pela falta de consenso acerca da definição mesma de política pública, dificultando sua compreensão. Ao visitar a literatura específica não encontraremos uma, mas variadas definições, assim como não há uma melhor,

talvez uma que seja mais adequada a determinado contexto. Para Secchi (2010), políticas públicas se referem aos conteúdos concreto e simbólico de decisões políticas e, ainda, do processo de elaboração e desenvolvimento dessas decisões. Em Mead (1995), encontramos a definição de política pública como um campo contido no estudo mais amplo da política que avalia o governo a partir das questões públicas. Para Peters (1986), a política pública é o conjunto das atividades dos governos que vão influenciar a vida dos cidadãos. Segundo Laswell (1958), possivelmente a definição mais conhecida, compreender o que é política pública, implica em responder às perguntas: quem ganha o quê, por que e que diferença faz.

Na literatura especializada acerca das políticas públicas encontraremos, ainda, diferentes abordagens. Secchi (2010), nos alerta que alguns autores defendem a abordagem estatista, ou seja, consideram as políticas públicas um território exclusivo dos atores estatais, enquanto que para outros autores existem redes de políticas públicas, em outras palavras, não apenas os sujeitos estatais protagonizam as políticas públicas, mas também, as organizações privadas, as organizações não governamentais, essa seria a abordagem multicêntrica.

2- Educação e Políticas Públicas:

No Brasil, a centralidade dos ideais liberais, ainda, tem imprimido sua marca sobre a sociedade, no que se refere às políticas públicas para as áreas sociais, herança da forte inserção do capital internacional sobre a classe trabalhadora. Esses ideais, renovados pela classe dominante e reconhecidos como neoliberais, mostra o seu esgotamento. A crise do capitalismo demonstra a sua face ineficaz e o seu caráter endógeno, ou seja, o capitalismo, a partir das suas contradições, revela ser o produtor dos seus próprios problemas e das suas crises. Como consequências dessas tensões verifica-se entre outras: a instabilidade do trabalho assalariado e suas relações; a discutível gerência da economia globalizada; o caráter híbrido imposto às culturas dos diversos países; e o acentuado estímulo à competitividade pelos mercados em detrimento da cooperação.

É nesse contexto que está inserida a educação, revelando ser uma arena de disputas dos distintos projetos. De um lado o projeto neoliberal, que vê na educação um espaço de ampliação do mercado consumidor e de preparação de mão de obra. De outro lado estão os projetos sociais voltados para a construção da democracia como valor universal e espaço de cooperação.

Nessa arena e para a justificação dos seus propósitos, a educação escolar se vê questionada a todo o momento sobre seus métodos, suas avaliações, sua eficácia. Sendo assim, parece que é urgente a tarefa escolar de desenvolver espaços, condições e instrumentos para discussão das políticas públicas educacionais, pois sua complexa elaboração distancia os cidadãos das discussões que lhe são pertinentes, ou seja, discutir para entender: a partir de quais critérios uma determinada política pública educacional foi elaborada; qual a participação da comunidade no processo de discussão das suas necessidades e na elaboração das políticas públicas; e de que forma e por quem os recursos públicos serão empregados e gerenciados.

Questões como essas precisam fazer parte da cidadania que deve ser consciente e organizada, para gerar mecanismos de conhecimento e controle de políticas públicas, condição para democratizá-las. E, a instituição escolar com a sua função política e social de educar para a cidadania tem lugar de destaque no processo de discussão e construção de saberes acerca das questões que determinam a vida social. Em acordo com a abordagem multicêntrica, é atribuído “o adjetivo “pública” a uma política, quando o problema que se tenta enfrentar é público” (SECCHI, 2010, p.2).

3- Educação Ambiental como Política Pública e a Instituição Escolar:

Dentre as diversas políticas públicas educacionais, de responsabilidade dos governos federal, estadual e municipal, vem se destacando as políticas públicas de educação ambiental, que estão necessariamente relacionadas com outras políticas como saúde, transporte, moradia, saneamento, etc.. De acordo com os objetivos dessa pesquisa, importa saber: como as PPEA chegam às escolas; como as práticas escolares incorporam ou não essas políticas; como as PPEA são traduzidas nas atividades didático-pedagógicas para os alunos; e, ainda, como essas políticas são compreendidas e inferidas pela comunidade escolar.

Diante da crise civilizatória, a educação ambiental emerge como um meio de mobilização individual e coletiva em busca de mudanças culturais e sociais, articuladas entre si. Nessa perspectiva o Estado deve cumprir o papel de elaborar e desenvolver PPEA e, não apenas, posicionar-se como instância regulatória dessas políticas, mas deve desenvolver uma capacidade operacional que permita aos cidadãos compreender e tomar parte, efetivamente, desse processo.

Desse modo, caberia, ainda, ao Estado a manutenção de um processo dialético com a sociedade civil que permitisse a construção de uma educação ambiental, enquanto política pública, que assegurasse o envolvimento dos diversos sujeitos sociais presentes na educação formal, não-formal e informal, reconhecendo-os como capazes de gerir os ambientes onde estão inseridos, recuperando-os e/ou preservando-os, a partir de condições que viabilizem atitudes educativas, que denotem o consumo responsável, a seleção de resíduos e o reaproveitamento. Mas, para a materialização desse processo as esferas governamentais precisam diminuir as distâncias que existem entre elas e a população, a partir da clarificação das políticas públicas de educação ambiental como: critérios, processo de elaboração, acompanhamento e avaliação de resultados. Contudo, sabemos que o poder público em geral, não tem empreendido os esforços que o aproxime da população, nem tornado alcançáveis e compreensíveis as políticas públicas. Sem negar ou reduzir essa obrigação do poder público, é preciso lembrar a importância da organização da sociedade e da sua participação nos processos decisórios.

A educação ambiental se traduz numa mudança de paradigma, na medida em que a relação do homem com o meio ambiente muda radicalmente. No paradigma anterior, essa relação era de um extrativismo exacerbado, de um consumo irresponsável e de um acúmulo de resíduos, cuja quantidade e composição têm poluído o ar, a água, o solo, os alimentos e, conseqüentemente, ameaçado a vida na Terra.

Dentre as condições de viabilização das PPEA, encontra-se a instituição escolar que tem uma função sociopolítica a ser cumprida. Enquanto espaço social, a escola propicia a construção de práticas, a partir das relações sociais, que se constroem e se estabelecem no seu interior. Essas práticas visam preparar o sujeito para a ação social, dialogando, propondo, inferindo, enfim participando dos rumos da sociedade. Quanto à função política, cabe à escola preparar os educandos para a vida de cidadania, ou seja, instrumentalizá-los para que desenvolvam sua capacidade de participar dos processos decisórios da sociedade imediata e mais ampla.

Nessa perspectiva é realçada a posição do gestor escolar, que com sua formação teórica e prática e compromisso político, pode favorecer à comunidade escolar as condições que lhes assegurem a leitura crítica da realidade social e as inferências exigidas por essa realidade. Isso não significa que todas as responsabilidades, condições e instrumentos de participação dependam exclusivamente do gestor, mas do modelo de gestão que é empregado. De acordo com Luck, *et al* (2009), valendo-se do princípio da democratização,

A gestão escolar promove, na comunidade escolar, a redistribuição e compartilhamento das responsabilidades que objetivam intensificar a

legitimidade do sistema escolar, pelo cumprimento mais efetivo dos objetivos educacionais (p.16).

Ainda, segundo a autora, a gestão escolar nessa perspectiva, compromete não só os professores e funcionários, mas os pais, os alunos e representantes da comunidade, enfim todos os que estiverem comprometidos com a escola e com a melhoria do processo pedagógico.

Nesse sentido, esse estudo que focaliza as políticas públicas de educação ambiental, visualiza na prática do gestor escolar, as possibilidades de participação e compreensão da comunidade escolar sobre todos os âmbitos que constituem essas políticas, inclusive os efeitos que elas provocam na vida das pessoas.

O campo onde se desenvolve a já citada pesquisa é constituído de duas escolas municipais e duas estaduais. Sobre o espaço geográfico onde se desenvolve a pesquisa, é possível adiantar que se trata de um local que traduz o que imaginamos como um meio ambiente histórico, pouco preservado, que enfrenta sérias dificuldades para a sua manutenção devido, sobretudo, à expansão urbana desprovida de planejamento e ausência de investimentos na preservação dos ecossistemas.

Para compreender como as PPEA são traduzidas no cotidiano das escolas demarcadas para o estudo, os sujeitos que integram essas instituições tiveram suas vozes registradas a partir das entrevistas e/ou dos questionários. No primeiro momento da investigação foram ouvidos professores, gestores e responsáveis pelos alunos. No segundo momento da pesquisa se pretende incluir os alunos e outros profissionais da escola.

Os primeiros achados oferecidos pelos instrumentos e pela metodologia da investigação indicam que os Projetos Político Pedagógico (PPP) das escolas, contemplam ações de educação ambiental, porém, de uma forma superficial, baseadas em atitudes comuns divulgadas na mídia e exercidas em outros setores da sociedade, que não o educacional. O PPP deve ser mais do que um instrumento físico, deve ser um processo concebido e desenvolvido pelos diversos sujeitos integrantes da instituição escolar, pois só desse modo é que o PPP revelará a face da escola, representará os seus verdadeiros interesses e necessidades, exigindo de todos, iniciativa, criatividade e compromisso. O PPP segundo Cavagnari (1998) é esse processo, onde as ações de elaboração, acompanhamento e avaliação estão permanentemente articuladas.

A indicação de que as escolas envolvidas com a pesquisa não possuem em seu PPP ações consistentes de educação ambiental pode ser percebida na fala das gestoras entrevistadas, a exemplo das declarações que se seguem. Sobre o PPP, a gestora da escola 1 diz que esse documento contém objetivos sobre a educação ambiental, mas quando perguntada sobre esses objetivos, as ações e os resultados obtidos, ela com alguma dificuldade responde:

Nós já trabalhamos, até o ano passado, um projeto permanente da questão do lixo, de separar o lixo, a questão da reciclagem, e hoje nós estamos trabalhando com a parte da barreira (*referindo-se a uma barreira, encosta, localizada atrás da escola, onde os moradores depositam lixo*), que nós temos uma barreira enorme na escola, que aonde a preservação é nada, é lixo demais. (Gestora, escola 1).

O projeto político foi elaborado, já faz uns quatro anos e, a gente precisa reformular, mas a discussão já começou. É porque leva tempo, é difícil. Todo ano a gente fala dos problemas com o ambiente, do lixo, essas coisas. (...) a gente não tem recurso, nem ajuda, então é difícil. (Gestora, escola 2).

Na segunda declaração, a gestora n.º 2 afirma que o PPP da escola está desatualizado e, por essa razão, algumas questões como a da Educação Ambiental não está acontecendo, embora haja preocupação com essa questão. Essa gestora afirma, ainda, que a escola não recebe os recursos e colaboração necessários para a superação de problemas ambientais que se arrastam durante anos na escola.

Cabe informar que nas declarações dos sujeitos da pesquisa, as palavras em itálico representam esclarecimentos da autora desse texto. É pertinente informar que foi solicitado, nas quatro escolas pesquisadas, o PPP para consulta e em nenhuma delas o referido documento foi disponibilizado, embora os gestores tenham expressado diversas explicações como: o documento estar com outra pessoa, o documento estar passando por reformulação, entre outras.

De acordo com as declarações seguintes, sobre as PPEA, as gestoras informam que não recebem orientações, nem recursos, dos governos locais, a gestora da escola 1, informa ter recebido recursos do governo federal e que algumas iniciativas do poder público local são compartilhadas com as escolas.

Aqui tem o projeto junto com o projeto Rio Capibar, o Rio Capibaribe melhor, aqui na comunidade, e tem como parceira a escola (*cita o nome da escola que administra*), então trabalha a parte da educação ambiental, o risco culminante do projeto, eles trabalham a semana toda aqui na escola, no nosso ambiente escolar, cuidando, limpando, tirando os lixos, e depois eles vão e fazem parte do projeto do rio Capibaribe, que ai é limpando as margens do rio, fazendo um passeio de barco, tem várias ações. (Gestora, escola 4).

Não, a escola só recebe recursos do governo federal, e daqui nós criamos os projetos. Mas, os recursos, assim, é para todas as necessidades. Não é só para atividade de meio ambiente. (Gestora, escola 3).

O Rio Capibaribe é um dos rios do estado de Pernambuco, possui 240 quilômetros de extensão e banha 42 municípios pernambucanos. O Rio Capibaribe é fonte de inspiração de pintores, escritores, músicos e outros artistas.

O projeto de limpeza do Rio Capibaribe existe há algum tempo e é coordenado por uma Organização Não Governamental (ONG), que busca parcerias como as escolas para envolver os estudantes e a comunidade no trabalho de recuperação e preservação desse rio. Esse projeto é aceito pela escola 4, mas não parece haver um compromisso da instituição escolar com a sua ampliação, nem a incorporação das atividades pela comunidade escolar. De acordo com os sujeitos ouvidos nessa escola, são realizadas atividades pontuais, esporádicas, sobre esse projeto como visita à ONG, passeio pelo Rio Capibaribe para registro e discussão do seu estado atual, mas nada além dessas atividades foi relatado pelos entrevistados.

Com relação aos recursos financeiros recebidos pela escola 1, não ficaram claros os projetos que utilizaram tais recursos. Mas, é certo que não há projetos de educação ambiental.

Embora a discussão acerca da democratização da gestão escolar não seja uma novidade, é conhecida a tensão em que vive, ainda nos dias atuais, o diretor de escola pública. De acordo com Paro (2004), esse diretor vive uma dupla contradição, ou seja, se por um lado ele é considerado a maior autoridade dentro da escola, com poderes e autonomia, por outro ele termina sendo um mero representante do Estado para zelar pelo cumprimento da legislação e manter a ordem na escola. Contudo, ao ampliarmos a reflexão sobre a questão da autoridade na escola, verificamos que na perspectiva democrática, ao se distribuir a autoridade entre os setores e pessoas da escola, se divide também responsabilidades e, com essa prática quem ganha o poder é a escola e, sendo assim, a união

de muitas forças tem mais possibilidades de ter atendidas as suas reivindicações do que a voz solitária do diretor da escola.

A partir dessa compreensão, o PPP torna-se um instrumento desse poder, na medida em que sejam profundamente discutidas as reais questões da escola, por todos os que nela estejam envolvidos, e que essas questões sejam traduzidas num projeto elaborado, desenvolvido e constantemente avaliado por todos. Desse modo, podemos pensar numa escola cuja organização democrática, possibilite rumar ao encontro das transformações necessárias à vida social de todos.

Incluir ações de educação ambiental na sua prática pedagógica parece ser algo estranho, no mínimo confuso para alguns professores, cujas disciplinas não têm esse tema como conteúdo específico. É o que se pode notar nas seguintes declarações:

Eu fui com o pessoal da área de Ciências, e de História que estavam fazendo um replantio aqui de algumas mudas. (...) Aqui tinha um canteiro, tem até umas fotos ali... Que era de verduras... Aqui da escola mesmo. (...) O ano passado teve uma tentativa aqui também, o pessoal plantou milho, na verdade prá mostrar o crescimento. (Professor de Matemática – escola 3).

O espaço... É porque na minha disciplina... Porque é mais com a parte de Biologia, não é? Mas, a gente ajuda, a gente entra com a nossa parte... Então, é na hora que a gente diversifica, não é? E se junta... Um trabalho só, então, acontece. (Professora de empreendedorismo – ensino médio – escola 1)

As falas dos professores explicam a ausência de um projeto interdisciplinar que comprometa verdadeiramente os docentes com práticas contínuas de educação ambiental e, que a ação interdisciplinar não se confunda com a junção de professores para testemunharem atitudes episódicas e restritas a algumas disciplinas do currículo escolar. A interdisciplinaridade representa a possibilidade dos sujeitos assumirem novas atitudes diante da questão do conhecimento (Fazenda, 2001). Atitudes que impliquem em resultados dos compromissos assumidos com a sua prática pedagógica, com as práticas dos seus colegas professores e com o trabalho da escola como um todo. As declarações dos professores se traduzem em testemunhos da ausência de projetos, de compromissos e de políticas públicas de educação ambiental nas escolas.

Segundo os docentes, não há investimento do poder público estadual e municipal na formação pedagógica dos professores para o trato com as questões de educação ambiental. Como se pode ver nas respostas à pergunta sobre possuir cursos na área de educação ambiental, os docentes citam sua formação inicial ou cursos que escolhem fazer à distância:

Eu já fiz um curso sobre crimes ambientais. (...) Mas, não foi aqui... Foi em outra modalidade que eu trabalho, não é? Eu fiz pela internet. (Professor de Matemática).

O curso que fiz foi na faculdade. (...) O importante foi o respeito pelo meio ambiente, que a gente aprendeu muito a respeitar o entorno, a natureza, as plantas... Que até então a gente não respeitava. (Professora de Filosofia – ensino médio)

Entendemos que o espaço escolar é essencialmente um espaço de construção de saberes, de discussão dos variados conhecimentos e práticas. Portanto, as discussões sobre as PPEA, entre outras, devem preencher o âmbito escolar. Os momentos de estudo, de debate, de elaboração e de práticas

devem ser planejados e fazer parte do PPP da escola. Essa é uma das condições para a construção do compromisso coletivo com as questões da instituição escolar e com as questões da sociedade mais ampla.

Quanto aos pais dos alunos, esses não percebem a presença da temática Educação Ambiental nas escolas dos seus filhos e veem uma forte similaridade entre o cotidiano das escolas e o cotidiano da comunidade onde moram.

Aqui antes (*se referindo à escola da sua filha*), isso aqui tinha uma plantação. Tinha uma horta, que os alunos mesmo plantavam, aqui era muito bom... Hoje em dia não. Não tem nada. Entendeu? Não tem aquele ensino, os alunos a conservar as coisas... (...) Acho que é a consciência que eles não tá tendo mais, né? *Sobre a educação ambiental na comunidade revela: Eles (os moradores) não cumprem com as regras. Estão desmatando... brincadeira.... Lá onde eu moro mesmo, era um paraíso, era fruta de balaio isso aqui... Hoje em dia é contado assim... Um pé de árvore... (Mãe de aluno da escola 3).*

Os pensamentos expressados pelos sujeitos participantes dessa pesquisa precisam ser compreendidos pelo coletivo escolar e para isso, a posição do gestor é definidora no processo de compreensão e construção da prática pedagógica escolar.

Considerações finais:

Como inicialmente anunciado, a pesquisa referida neste estudo, se encontra em desenvolvimento, apresentando neste texto, resultados parciais. Documentos estão sendo pesquisados e espaços de discussão estão sendo criados como forma de socializar e aprofundar as primeiras compreensões sistematizadas acerca do problema investigado.

Até o momento não foram identificadas Políticas Públicas de Educação Ambiental que integrem a instituição escolar. As PPEA anunciadas pelas três esferas governamentais se apresentam de forma genérica e episódica, pontuando, por exemplo, recuperação de espaços públicos naturais, sem rebatimento no cotidiano escolar.

Percebemos que a temática das políticas públicas soa estranha aos sujeitos que integram à instituição escolar. Essa questão não lhes parece familiar, mesmo porque a forma como é tratada pelos legisladores e pelo executivo, não permite a construção dessa familiaridade. Sendo assim, cabe à escola, não apenas executar tarefas desdobradas das políticas públicas, mas redigir propostas que respondam às necessidades ambientais da sua comunidade, com rebatimento na sociedade maior. Essas propostas, entendemos, têm o seu ponto de partida na forma de organização da escola por ela mesma, no modelo de gestão admitido pelos que integram a instituição escolar e pela construção do projeto político pedagógico da escola, que ao ser discutido, planejado e desenvolvido por todos, anuncia uma ação multi/interdisciplinar necessária ao efetivo compromisso coletivo. Mas, é requerimento, também, que se processe uma atualização teórica e prática da formação não só do docente, mas do gestor e de outros membros da instituição escolar, a fim de que seja percebido o estado real e necessidades da escola, como condição para o desenvolvimento de uma prática pedagógica capaz de contribuir com a mudança de atitude dos que integram à comunidade escolar em favor do meio ambiente. Nesse sentido a gestão escolar democrática é determinante, pois ao desenvolver um processo de trabalho compartilhado, possibilita a todos os que integram a comunidade escolar se assumirem e reconhecerem o poder que têm de influenciar nas decisões que afetam a vida de todos.

Referências bibliográficas:

CAVAGNARI, Luzia Borsato. Projeto Político-pedagógico, autonomia e realidade escolar: entraves e contribuições. In: VEIGA, Ilma P. A. e RESENDE, Lúcia M.^a Gonçalves de (orgs). Escola: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas: Papirus, 1998.

FAZENDA, Ivani (org.). Interdisciplinaridade: dicionário em construção. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Antônio S. de A. Políticas públicas: definição, evolução e o caso brasileiro na política social. In. DANTAS, H. e MARTINS JÚNIOR, J. P. (orgs.). Introdução à política brasileira. São Paulo: Paulus, 2007.

LASWELL, H.D. Politics: Who Gets What, When, How. Cleveland: Meridian Books, 1958.

LUCK, Heloísa, *et al.* A escola participativa: O trabalho do gestor escolar. São Paulo: Vozes, 2009.

MEAD, L. M. "Public Policy: Vision, Potential, Limits", Policy Currents, Fevereiro:1-4. 1995.

PARO, Vitor H. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 2004.

PETERS, B. G. American Public Policy. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos. São Paulo: Cengage, 2010.